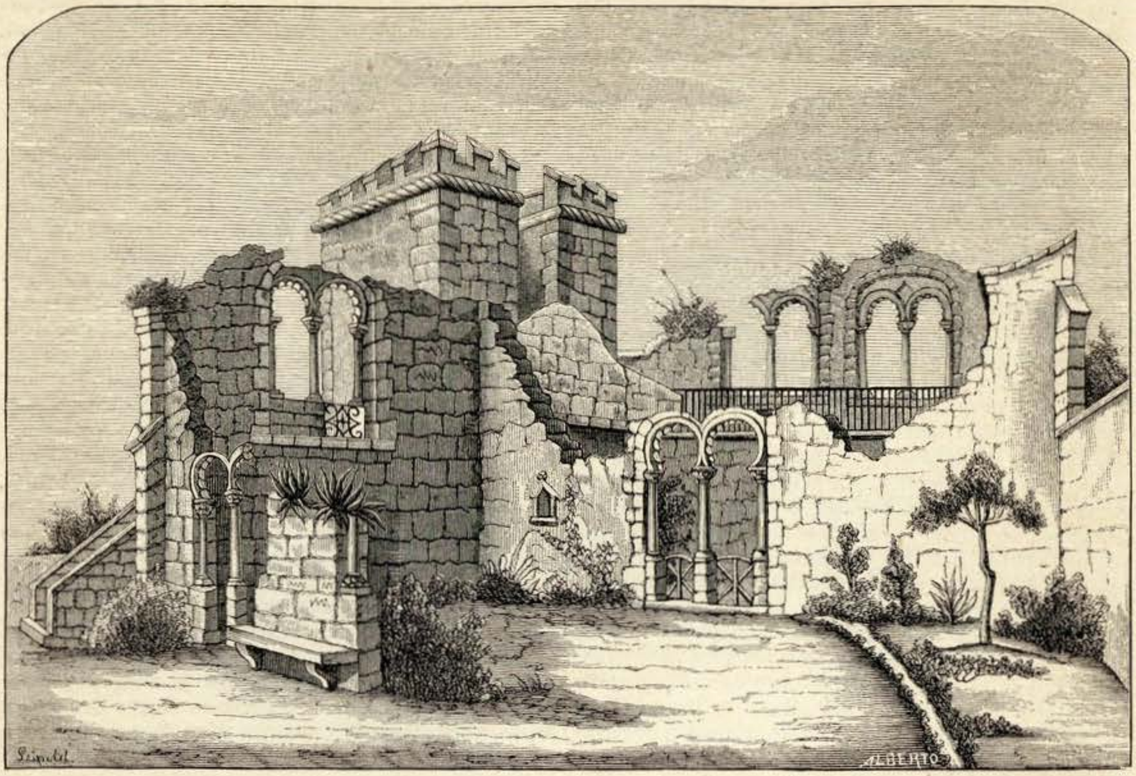


Ruinas fingidas no passeio publico de Evora

Ao forasteiro que entra ao descair da tarde no passeio publico de Evora, e, deixando a rua central, sóbe á direita, pela que, por meio de multiformes canteiros floridos e verdejantes, conduz á arcada da galeria [1], deparam-se-lhe de subito, em deleitosa perspectiva, as ruinas fielmente representadas na gravura [2]. As sombras do crepusculo avançam já dos recantos mais profundos pelas paredes interiores, esvaecendo as fórmas e as côres dos objectos; porém as ameias da torre, as curvas caprichosas dos muros desmantellados, as columnas e as voltas recortadas das janellas destacam ao vivo no horisonte, que tinge de purpura e rosas o sol recem-escondido por detraz dos monticulos de S. Bento. Passados alguns instantes, em que a admiração e o desejo de contemplar tão pittoresco espectaculo lhe embargaram os passos, aproximar-se-ha para examinar por menor as partes do todo cuja primeira e geral apparencia o maravilhou e surprehendeu.

Em vista das janellas e portaes, feitos de arcos de granito bem lavrado, assentes em columnas de marmore, julgará que tem diante de si os restos de uma das muitas casas apalaçadas que em tempo de D. Manuel se edificaram em Portugal, e particularmente em Evora. E se o viajante souber que a proxima galeria, sob cuja arcada passou, pertenceu aos paços reaes, convencer-se-ha, sem dúvida, de que de uma parte d'elles ficaram as ruinas que observa. Reconstituir-lhe-ha então a phantasia as antigas salas ricas, de tectos esculpidos, de marmores cinzelados, de alizares de azulejos, de pinturas a fresco ou de pannos de raz. Figurar-se-lhe-hão nas janellas, debaixo dos refolhos dos capiteis, as damas da corte del-rei D. Manuel, e da parte de fóra, em pequena distancia, algum gentil

[1] Vid. a gravura a pag. 41.

[2] O desenho reproduzido na gravura foi tirado, a pedido nosso, pelo sr. Joaquim Sebastião Limpo Esquivel, dedicado amador das bellas artes.

cavalleiro enamorado a ladear galhardamente no fogoso ginete, que não o deixa demorar tanto quanto deseja.

A lição da historia e da archeologia portugueza não serviu ao nosso forasteiro senão para imaginar uma novella, em quanto pensava restituir algumas paginas do passado sobre documentos de incontestavel authenticidade. Quantas se não escreverão assim!

As ruinas foram artificiosamente fabricadas ha pouco mais de um anno. Fingiu-as um engenhoso artista, não em a téla do painel ou nos bastidores do theatro, mas alli, no campo, em vulto e tão reaes como as arvores que as cercam, as trepadeiras que as vestem, ou o ceo em que se desenham elegantes e graciosas. Excepto a torre e algum pedaço de muro, tudo o mais alli foi posto sob a phantasiosa direcção do sr. José Cinatti. Parece que pretendeu e logrou tornar palpavel e não ficticia, para lhe redobrar o encanto, a mais esplendida e maravilhosa scena que para o theatro poderia compor com o seu pincel de magico e de poeta [1].

[1] A fórma que démos a este artigo, e os limites em que o circunscrevemos, não permittiram que nos occupassemos, como muito desejavamos, da historia do passeio publico de Evora. Entretanto, por satisfação nossa e dos leitores, aqui a resumiremos em poucas palavras.

Com quanto seja de muito poucos annos a construcção do passeio de Evora, era antiga a idéa de a pôr por obra em parte dos terrenos onde hoje o vemos. Já em 1843 ou 1844 o sr. J. H. da Cunha Rivara, sendo vereador, mandára plantar de amoreiras o chão que para esse fim se destinára.

Em 1863, vindo a Evora o sr. José Cinatti dirigir a obra do palacio do sr. José Maria Ramalho, prestou-se, a instancias d'este cavalheiro, para dirigir tambem a construcção do passeio. Acceitou a camara tão valiosa offerta, e no mez de março d'aquelle mesmo anno se deu principio á obra.

No mez de setembro seguinte viu estes principios o sr. marquez de Sá da Bandeira, quando veiu assistir, na qualidade de ministro da guerra, á festa da inauguração do caminho de ferro. Mostrou-lhe o sr. Potes de Campos, que então presidia ao municipio, a conveniencia de se alargar o passeio pelos terrenos annexos ás ruinas dos paços reaes, em cuja posse total estava o ministerio da guerra. Empenhou-se o digno e popular ministro para obter ao pedido a desejada satisfação, vindo a ser cedidos ao municipio, por carta de lei de 25 de ju-

Entretanto, as janellas e portaes, que é, por assim dizer, o que ás ruinas imprime caracter architectonico, pertenceram, effectivamente, a uma das casas a que alludimos. Exornaram antigamente os paços dos condes de Vimioso, edificados pelo bispo D. Affonso de Portugal defronte da sé, nos fins do seculo xv ou nos principios do immediato, isto é, no reinado de D. Manuel. Da magnificencia d'estes paços dão claro testimunho não só as reliquias que fazem parte das ruinas, mas tambem as janellas que estão na varanda da casa da camara, e que, ha obra de vinte annos, alguma pessoa illustrada, talvez o sr. Rivara, para aqui fez transportar a fim de se não perderem; e ainda os poucos restos que se conservam no interior da casa em que modernamente transformaram a nobre e elegante residencia dos descendentes de D. João I e de D. Nuno Alvares Pereira. Não é, porém, impossivel que outros muitos se perdessem no longo espaço de tempo em que ella permaneceu deserta e arruinada.

Junto da estrada que liga Evora a Arrayolos, a um kilometro, pouco mais ou menos, d'esta villa, vêem-se as ruinas de outros paços, denominados da *Sempre-noiva*, que o mesmo bispo D. Affonso de Portugal, pae do primeiro conde de Vimioso, mandou construir pelos annos de 1510, pouco antes ou pouco depois, que não ha certeza na data. As janellas e portaes que restam d'este edificio são similhantes aos das ruinas, e provam que, em magnificencia, era egual ou pouco inferior ao outro de a par da sé.

Convem notar que todos estes elementos architectonicos são de estilo arabe mais puro que o que geralmente se usava no tempo de D. Manuel e lhe conserva o nome. As voltas em fórma de ferradura e recortadas, e os capiteis, são tão caracteristicos, que o sr. Alexandre Herculano, quando viu a primeira vez as ruinas do passeio, antes de saber a proveniencia dos portaes e janellas, admittiu a possibilidade de terem pertencido a algum monumento contemporaneo da dominação arabe. Já n'este jornal registámos, como facto interessante á historia da arte, a abundancia de reliquias do estilo arabe que do reinado de D. Manuel ficaram em Evora. Deixemos, porém, agora essa questão, que mais de espaço havemos de tratar, e subamos á torre das ruinas a contemplar o pittoresco e extenso quadro que aos olhos se offerece quando se abaixam sobre os terrenos proximos ou se alargam pelos dilatados horisontes.

Logo ao pé da torre, as ruinas fingidas, com os muros meio derruidos e os arcos troncados, e mais adiante as ruinas verdadeiras dos paços reaes destacam mui graciosamente por meio das mantas de verdura. As ruas tortuosas, deseguaes, irregulares, correm como que abertas ao natural á roda dos lagos, feitos de pedra brutesca; dividem os canteiros, povoados de arbustos e plantas herbaceas; contorneiam os estevaes e luzernaes, orlados de ailantos, sycomoros, amoreiras e platanos; e cercam as boscagens de cedros e pinheiros, pequenos ainda, mas esbeltos e viçosos.

No meio d'esta vegetação alegre e animada erguem-se, tristes e melancolicas, as ruinas, como reliquias venerandas do passado que mãos piedosas engrinaldassem de verdura e de flores.

lho de 1864, não só os restos dos paços reaes e terrenos annexos, mas tambem o convento e cêrca de S. Francisco. Para esta valiosa concessão, que foi discutida e votada em cortes, contribuiu com seus diligentes esforços o sr. Manuel Alves do Rio, que n'aquella epocha representava, como deputado, a cidade de Evora.

A obra do passeio, pelas excellentes condições que offerecia á uma phantasiosa imaginação de artista, para, combinando-as, produzir maravilhosos effeitos, tornou-se predilecta ao sr. Cinatti. Por muitas vezes veiu de proposito a Evora, demorando-se dias para dirigir e activar os trabalhos, além de remetter de Lisboa os desenhos necessarios, e muitas arvores e arbustos para se plantarem.

Querendo a vereação, presidida pelo sr. visconde da Esperança, dar ao sr. Cinatti um testimunho do apreço em que os eborenses tinham os seus trabalhos e desinteressado zelo, pois tudo obsequiosamente fizera, offereceu-lhe uma medalha de oiro com as armas de Evora de um lado, e do outro a seguinte legenda: *Ao artista José Cinatti a cidade de Evora reconhecida.*

Tudo isto contrasta admiravelmente com o amarello desmaiado ou pardacento dos campos circumvisinhos, quando as pastagens e searas estão amadurecidas pelos soes do estio, ou depois que a foice do cegador despiu a terra do seu manto de prados. De longe em longe apparecem então, como oasis verejantes, as quintas cobertas de arvores, com as casas branqueadas, com os muros de defesa e ruas frescas e sombrias.

Avista-se a pequena distancia a elegante ermida de S. Braz, cujas ameias, paredes e torrinhas, tisnadas pelos seculos, lhe dão a apparencia das construcções feudaes. Mais adiante, a estação e a via ferrea destacam singularmente entre extensas e despovoadas campinas. A serra de Portel, que o afastamento faz parecer azulada, remata ao longe com uma extensa curva esta parte do quadro.

Ao poente e para além da quinta do Bispo, que parece um ramilhete de folhas e flores, muda inteiramente o aspecto do terreno. As vastas planicies do sul seguem-se collinas e oiteiros, limitados, não muito longe, pela serra de Montemuro. Apparecem arvores mais frequentes, e por entre ellas, n'uma ou n'outra eminencia, os moinhos de vento interrompendo com o movimento uniforme das velas o repoiso geral dos campos.

Junto da torre fica para essa parte a cêrca de S. Francisco, em cuja fresca verdura se deleitam os olhos antes de se dilatarem pela parte occidental da cidade, que mais adiante fecha o quadro. D'entre innumeras casas brancas de neve alevanta-se a egreja de Santo Antão, e de outra parte as altas e denegridas torres da sé, que patenteiam na fórma e na côr a antiguidade da povoação. Mais perto vê-se a egreja de S. Francisco livre e desacompanhada, com a sua coroa de ameias e coruchéos espiraes.

Entre as oliveiras da cêrca e as acacias do largo de S. Francisco sobresae a parte extrema do aqueducto, a cujo ultimo arco serve de gracioso remate a caixa d'agua, ou pavilhão de estilo romano, notavel pela elegancia e boas proporções de sua fabrica.

A quem desce da torre depois de ter contemplado todas estas bellezas não se lhe desvanecem logo as impressões que recebeu. Continúa a ver os interessantes panoramas que admirou, e a nutrir o espirito das reflexões a que dão assumpto. A. FILIPPE SIMÕES.

O TITULO DE DOM

Dominus é um vocabulo latino que significa senhor. O christianismo applicou-o, desde o seu principio, ao Ente Supremo. Assim, pois, *dominus* é por excellencia o Senhor e Creador do universo.

O successor de Jesus Christo no governo da sua egreja, imitando na humildade o Divino Mestre, não accrescentou titulo algum ao seu nome de Pedro, além do de vigario de Jesus Christo. Imitaram-n'o os primeiros pontifices que se sentaram na sua cadeira. Correram, porém, os tempos; modificaram-se as idéas e os habitos, e aquella humildade pouco a pouco se foi convertendo em ostentações de auctoridade, até que acabou de todo transformada nos attributos da soberania temporal.

Porém, muito antes de chegarem as coisas a este ponto, começou-se a dar aos papas, e estes a recebe-rem, o titulo ou tratamento de *domnus*, palavra derivada de *dominus*, com que quizeram ennobrecer-se, significando ao mesmo tempo a inferioridade do titulo em relação ao Senhor de todos os senhores.

Por muitos annos só aos summos pontifices se dava este titulo; mas as mesmas causas que lh'o fizeram appetecer concorreram para que tambem o desejassem e usassem primeiramente os bispos, mais tarde os ab-

bades, e depois até os proprios monges de certas ordens.

Da hierarchia ecclesiastica passou para a secular. A primeira pessoa que fez uso do titulo de *domnus* foi o principe Pelayo, da estirpe dos reis godos, que, depois da invasão da Hespanha pelos arabes, e da destruição da monarchia del-rei Rodrigo, no começo do seculo VIII, foi acclamado rei das Asturias no valle de Covadonga. Seguiram o mesmo uso os reis das Asturias, de Oviedo, de Leão e de Castella, seus descendentes. Estendendo-se, porém, ás esposas e filhos dos soberanos, não ficou limitado ás familias reaes, pois que em breve o foram tomando para si os prelados, os ricos-homens e suas mulheres, e os mais cavalleiros que, por sua nobre linhagem, se consideravam com direito a usarem de similhante distincção.

Todos estes personagens, quando tinham de assignar os seus nomes nas escripturas e mais documentos, que eram sempre escriptos em mau latim, punham sempre *domnus fulanus*. Mas fóra d'isto, abbreviado o vocabulo em palavra castelhana, escreviam ou chamavam-se simplesmente *dom fulano*.

Constituido o condado, depois reino de Portugal, introduziu-se em o novo estado aquelle uso, juntamente com muitas outras praticas castelhanas.

Attentando os monarchas no apreço que se dava ao titulo de dom, resolveram fazer exclusivamente sua a prerogativa de o conferirem. E tal estimação desde logo fizeram d'elle, que sómente o concediam em remuneração de grandes serviços, não permittindo que usassem d'elle os seus proprios filhos illegitimos. El-rei D. Sancho I nomeia no seu testamento a quasi todos os seus filhos bastardos sem dom. El-rei D. Diniz, que deixou muitos filhos illegitimos, tambem os designa sem dom no seu testamento, e do mesmo modo sua filha bastarda, Maria Affonso, e suas noras, Tareja Martins e Froila Annes.

Em alguns livros portuguezes encontra-se precedido de dom o nome de Affonso Sanches, filho bastardo, muito dilecto, del-rei D. Diniz; e auctores ha que até o tratam por infante. Esses escriptores cairam, porém, em erro por menos sabedores das nossas praticas antigas, pois já em outro logar d'este semanario dissemos que nunca em o nosso paiz se concedeu o titulo de infante a filho algum bastardo de rei.

O primeiro filho illegitimo dos nossos reis a quem se concedeu o titulo de dom foi D. João, mestre de Aviz, filho bastardo del-rei D. Pedro I. Os nossos leitores sabem que o mestre de Aviz foi acclamado rei de Portugal com o nome de D. João I.

El-rei D. Affonso V, que entornava prodigamente o cofre das graças, vulgarisou o dom, fornecendo ensejo a alguns individuos para se apropriarem d'esse titulo de nobreza, independentemente de permissão régia. Este uso e abuso deu motivo a Garcia de Rezende escrever os seguintes versos, que fazem parte das suas *Miscellaneas*, as quaes andam juntas á *Chronica del-rei D. João* II, do mesmo auctor:

«Os Reys por acrecentar
As pessoas em valia,
Por lhes serviços pagar,
Vimos a huns o Dom dar,
E a outros fidalguia.
Já se os Reys não hão mister
Pois toma o Dom quem o quer,
E armas nobres tãobem
Toma, quem armas não tem;
E dá o Dom á molher.

Todavia, áquelle reinado dissipador succedeu o governo economico e reformador del-rei D. João II. Este monarcha foi avaro dos dons da munificencia régia, porque reservava as graças para galardoar os serviços prestados ao estado. Restituindo d'est'arte ás mercês que fazia o valor moral de que hão mister os premios para que possam servir de incentivo ás boas acções, recompensou os importantes serviços de Gonçalo Vaz de Castello-Branco, vedor da sua fazenda, e que foi pae de D. Martinho de Castello-Branco, primeiro conde de Villa Nova, concedendo o dom para elle e para seus filhos e descendentes.

Para que se ajuize de quanto subiu de valia similhante titulo n'este reinado e no seguinte, bastará dizer-se que o illustre Vasco da Gama se julgou generosamente recompensado pelo seu grande feito do descobrimento da India, recebendo del-rei D. Manuel a mercê de dom, com a tença annual de mil cruzados (400$000 réis).

Por vezes os nossos soberanos ampliaram ou limitaram este titulo com clausulas expressas nas ordenações do reino, como se vê no livro 5.º da *Ordenação do reino*, titulo 92, § 7.º

O segundo dos Filippes que reinaram em Portugal tambem providenciou a este respeito por lei de 3 de janeiro de 1611. Entre outras disposições ácerca das cathegorias e pessoas a quem era permittido o uso de dom, determinava que podessem usar d'elle os filhos bastardos dos titulares que tivessem dom.

El-rei D. José I, por conselho do seu illustrado ministro, o grande marquez de Pombal, depois de dar vigoroso impulso ao commercio por meio de muitas medidas adequadas, querendo tambem exaltal-o e nobilital-o, concedeu dom ás mulheres dos negociantes matriculados na praça de Lisboa.

As ordens religiosas que existiam em o nosso paiz ao tempo da sua extincção, cujos membros tinham dom, eram a dos conegos regrantes de Santo Agostinho, a dos monges de S. Bruno, ou cartuxos, e a dos clerigos regulares da Divina Providencia, chamados vulgarmente theatinos, e cujo convento era o de S. Caetano, onde ao presente se acha o conservatorio real de Lisboa, e inspecção geral dos theatros e espectaculos do reino.

I. DE VILHENA BARBOSA.

PISCICULTURA

(Conclusão. Vid. pag. 175)

V

Descreveremos, pois, o apparelho de mr. Coste.

Consiste na reunião de pequenos canaes parallelos, dispostos uns por cima dos outros, como os degraus de uma escada, de ambos os lados de um canal superior, que os domina e alimenta.

Deita-se agua no apparelho; colloca-se em cada um dos canaes, uma pollegada acima do nivel da agua, uma grade de vime; põe-se o apparelho debaixo de uma torneira, por meio da qual se faz cair um filete continuo de agua em uma das extremidades do canal superior. Dirige-se o liquido para a extremidade opposta, onde ha uma chanfradura lateral, que faz que a corrente se divida em duas, uma para a direita, outra para a esquerda, e que vá alimentar os canaes que ficam immediatamente por baixo. D'estes cae novamente a agua em dupla corrente para os canaes mais baixos, representando assim o apparelho um regato artificial.

Põem-se sobre as grades os ovos que se quer que dêem peixinhos, ovos que podem ser separados por especies. A corrente continua, que faz passar sobre elles uma camada de agua de uma pollegada de espessura, basta para evitar a formação das cryptogamicas, que os devastam, quando se não tem tomado esta cautela.

Quando se trata de fecundar artificialmente os peixes, e mesmo de os multiplicar, pondo em circunstan-

cias apropriadas os ovos, que se receberam já fecundados, é indispensavel attender muito a outro ponto, sem a resolução do qual se não póde conseguir a desejada multiplicação. Referimo-nos ao pasto ou comida, de que indispensavelmente necessitam os peixes logo que nascem, e quando, já crescidos, são postos em liberdade. Não nos permitte a estreiteza do espaço de que dispomos, nem a indole d'este semanario, indicar quanto se tem feito no empenho de prover de comida os peixes cuja multiplicação se procurou conseguir. Nas obras que temos citado se póde este assumpto ver mais por extenso. Por agora diremos que mr. Berthot sustenta os peixinhos recem-nascidos com carne crua e pisada de peixes brancos; e que tambem se reputa boa para aquelle fim a carne de vacca cozida e miudamente picada.

Em quanto á alimentação dos peixes crescidos, quer elles se conservem nos logares onde nasceram, quer habitem outras aguas, é absolutamente necessario multiplicar as especies herbivoras ao mesmo tempo que as mais preciosas, para que aquellas sejam devoradas por estas.

Do que fica exposto n'este e nos precedentes artigos, vê-se que o processo da incubação é, por assim dizermos, um processo intermedio, que se presta á remessa de grandes quantidades de peixes em germe, para, em logares e circunstancias convenientes, se desenvolverem.

Consiste a colonisação em mandar para as aguas, em que ou não existem, ou em que são mui poucos, peixes de estima, já criados e em estado de naturalmente se reproduzirem. É extremamente curioso o que se tem inventado para realisar com todas as vantagens e com a maxima economia o transporte de innumeraveis individuos ichtyologicos.

Dada esta noticia dos pontos principaes da piscicultura, de razão é que digamos o que representa a bella estampa que suscitou este nosso escripto, e que foi publicada a pag. 61 d'este volume.

Foram os escocezes os primeiros que se lembraram de construirem *escadas d'agua*, por meio das quaes podem os salmões, quando sobem os rios, atravessar as quédas d'agua sem serem esmagados. A Noruega seguiu o exemplo da Escocia, e alcançou povoar rios, cujas immensas cataractas tornavam as partes superiores inaccessiveis ás trutas, aos salmões e a outras especies. Em França, mr. Coste fez tambem construir *escadas d'agua* em correntes outr'ora muito ricas de peixes.

Variam muito as fórmas e dimensões de taes escadas. A natureza dos logares onde é mister construil-as é que faz que se adopte ora um, ora outro systema. Um d'elles representa-o a gravura com tal clareza, que nos dispensa de explical-o aqui.

Terminando estes artigos, fazemos votos para que a piscicultura se generalise e aperfeiçoe em Portugal.

Sousa Telles.

BRASIL

CIDADE DE SANTA MARIA DE BELEM DO GRÃ-PARÁ

Datam do tempo del-rei D. João III as primeiras tentativas, que se emprehenderam, de navegação no rio Amazonas, e de colonisação das terras, que ao diante constituiram a provincia do Pará. Porém o mau successo d'essas emprezas, em razão dos lamentaveis naufragios, que lhes pozeram termo logo á chegada das expedições á barra d'aquelle grande rio, fez com que, por largos annos, não se pensasse mais em tal assumpto.

O fim d'esse seculo viu feitos escravos os portuguezes, que tanto tinham assombrado o mundo como senhores de uma boa parte d'elle. E immediatamente, assim que nos julgaram maniatados, as potencias maritimas da Europa, cuja ambição fôra despertada pelas nossas conquistas, e contida até alli pelo nosso valor e resolução, lançaram-se sobre as possessões portuguezas de além-mar, como abutres que disputam os despojos do moribundo, que ainda lucta entre a vida e a morte.

Os francezes, os inglezes e os hollandezes infestaram de improviso todos os mares das nossas colonias. Affrontaram o estandarte das quinas em toda a parte onde tinha sido hasteado, ao cabo de longinquas e penosas navegações por mares ignotos, e após gloriosos combates. Audazes e fortes, em fim, pelo enfraquecimento a que nos condemnou o jugo de Castella, arrebataram-nos alguns dos mais brilhantes trophéos das nossas victorias, e se não lograram despojar-nos de todos, foi porque não nos abandonou a coragem no meio de tão grandes infortunios, e porque soubemos conservar por muito tempo, mau grado da oppressão castelhana, o amor da patria e os brios cavalleirosos, que nos tinham feito poderosos e respeitados.

Correndo, pois, o anno de 1594, aportaram á ilha do Maranhão tres caravelas com gente franceza, que, achando o paiz despovoado, se estabeleceu na ilha como senhora d'ella.

O governo do Brasil, que tinha então por séde a cidade de S. Salvador da Bahia, occupado com muitos negocios graves, descurou por algum tempo os interesses da coroa n'aquellas paragens, onde alguns aventureiros tinham arvorado a bandeira franceza. Assim se conservou aquella colonia na ilha do Maranhão, ignorada ou esquecida dos nossos, até que, recebendo de França um importante reforço no anno de 1612, despertou a attenção do governador Gaspar de Sousa, que tratou de expulsar os intrusos.

A primeira expedição que foi enviada contra a colonia franceza encontrou os inimigos tão bem apercebidos para a resistencia, que, depois de alguns combates com sorte varia, teve de fazer uma capitulação pouco vantajosa, porque não resolvia a questão. A segunda expedição, mais forte que a primeira, commandada por Alexandre de Moura, é que alcançou expulsar os francezes, obrigando-os a embarcarem para França. Realisou-se esta victoria no 1.º de novembro de 1615.

Foi este successo que deu origem á fundação das cidades de S. Luiz do Maranhão e de Nossa Senhora de Belem do Pará, bem como á povoação d'estas provincias.

O governador Gaspar de Sousa, querendo obstar a que viessem novos aventureiros levar por diante a empreza que aos primeiros saíra frustrada, determinou fundar povoações nos pontos mais adequados para a defensa d'aquelles importantes e fertilissimos territorios, que ainda se achavam completamente incultos e só povoados de gentios.

Em cumprimento, pois, d'estas ordens, Alexandre de Moura encarregou Jeronymo de Albuquerque de fundar uma povoação fortificada no logar em que estivera a colonia franceza, em quanto elle percorria a provincia para afugentar os gentios para o interior. Jeronymo de Albuquerque preferiu áquelle logar um sitio que lhe pareceu melhor, na parte occidental da mesma ilha do Maranhão, e ahi lançou os fundamentos á cidade de S. Luiz do Maranhão, que ao diante foi elevada ás honras de capital da provincia do seu proprio nome.

Ao mesmo tempo que estas coisas se passavam, largára d'aquella ilha uma expedição de tres caravelas com duzentos soldados, levando á sua frente Francisco Caldeira. Estava a findar o anno de 1615.

As instrucções que recebêra o commandante d'esta pequena frota ordenavam-lhe que procurasse um sitio apropriado para o estabelecimento de outra colonia mais visinha da foz do rio das Amazonas, de modo

que, por meio d'ella, se désse começo e facilitasse a navegação d'este famoso rio, e se conseguisse frustrar quaesquer tentativas, sobre aquelles territorios, da parte das nações que se mostravam invejosas e cubiçosas das possessões ultramarinas de Portugal.

Depois de examinar diversos logares, escolheu Caldeira um sitio nas margens do rio dos Tocantins, plano, desassombrado e com vasto porto. Ahi começou a fundação da colonia por um forte de madeira, junto do qual foi construindo casas para habitação dos colonos. Realisou-se este successo á entrada do anno de 1616.

A pequena colonia de Francisco Caldeira, apesar das vantagens da sua situação, não cresceu rapidamente, porque teve de sustentar porfiosa lucta com as tribus indigenas, que lhe disputaram com pertinacia a posse do terreno. E antes que alcançasse vencel-as, obrigando-as a procurar refugio no sertão, viu-se empenhada em duradoira guerra contra corsarios francezes e inglezes, que pretendiam explorar o rio Amazonas; e por fim com tropas regulares hollandezas, que intentavam assenhorear-se não só da navegação do rio, mas tambem do fertilissimo paiz que elle corta e banha.

Não é nosso intento n'esta occasião escrever a historia d'esta colonia, porque isso nos levaria muito além dos limites que queremos impor a este artigo. Portanto, bastará dizer que, depois de ter passado por muitas e terriveis vicissitudes, que lhe cercaram o berço de contrariedades e desastres, saíu alfim triumphante de todos os seus inimigos, graças ao valor e coragem dos seus defensores.

A colonia fundada por Francisco Caldeira recebeu o titulo de cidade e o nome de Santa Maria de Belem do Pará. E, crescendo e prosperando pouco a pouco, pelo benefico influxo do commercio e da agricultura, logo que se viu desaffrontada do apparato bellico, em breve foi constituida capital da provincia do Grã-Pará.

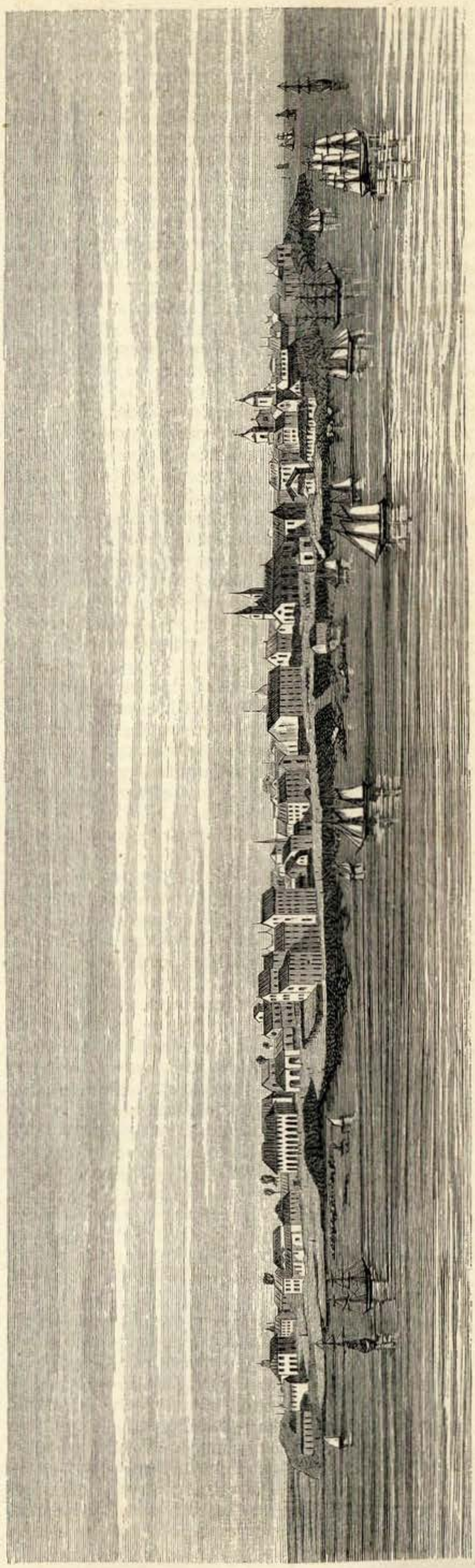
É deliciosa a situação d'esta cidade. Está edificada em terreno baixo e plano, sobre a bahia de Guajará, na margem direita do rio Tocantins, que communica com o Amazonas por um largo canal de agua salgada, erguendo-se entre as embocaduras de ambos a grande ilha de Marajó, que fórma, com as costas da terra firme, uma vasta bahia. Vem lançar-se n'esta bahia o rio Guamá, proximo da cidade. Em frente d'esta vêem-se a ilha das Onças e uma serie de ilhotas.

Dista do Oceano 120 kilometros, mas o accesso dos navios ao porto da cidade não é difficil, qualquer que seja o lote das embarcações. Para se ajuizar da amplidão do porto, é bastante saber-se que o Tocantins, entre a cidade e a ilha de Marajó, tem de largura perto de 15 kilometros.

Portanto, a cidade do Pará, edificada em um paiz rico pela variedade, abundancia e valor dos seus productos naturaes, em grande parte ainda não explorados; cercada de tantas e tão importantes vias fluviaes; favorecida por um bello clima, e por uma situação geographica que lhe faz os dias sempre eguaes ás noites, conservando-se em perpetua primavera, de modo que as arvores se cobrem de flores, tendo ainda pendentes dos seus ramos os fructos sazonados; espelhando-se em um amplo porto, que offerece á navegação ancoradoiro commodo, não obstante alguns baixos e recifes, esta capital possue condições mui vantajosas para o seu engrandecimento e prosperidade. A recente abertura do Amazonas á navegação de todas as nações ha de apressar, certamente, o desenvolvimento e riqueza da cidade do Pará.

Vista do porto, apresenta uma bonita perspectiva, como mostra a gravura junta, que abrange o panorama da cidade desde a praça do Mercado até ao forte de Santo Christo.

A praça do Mercado foi construida em 1858, a expensas do thesouro publico, passando depois a admi-



Cidade de Nossa Senhora de Belem do Grã-Pará

nistração d'elle para a camara municipal. O edificio está bem construido, mas é defeituoso como mercado, porque carece de boas condições hygienicas. Entretanto, a camara aufere avultado rendimento do aluguer das lojas que o circundam.

O forte de Santo Christo ergue-se sobre a ponta de terra em que termina o comprimento da cidade. Occupa o mesmo logar onde Francisco Caldeira fundou, no principio do anno de 1616, o forte de madeira a que acima nos referimos. É pequeno; todavia é geralmente denominado castello. Fica-lhe defronte, obra de 5 kilometros de distancia, o forte da Serra, edificado sobre um rochedo que se levanta do seio das aguas, sobranceiro ás barras. Servem os dois fortes de defensa ao porto, e o ultimo tambem de registo aos navios que demandam entrada.

Além d'estes fortes, defendem a povoação duas fortalezas, ambas construidas sobre rocha, mas em pequena elevação.

Quasi no centro da linha dos edificios, e proximo da praia, acha-se a alfandega. Por entre a casaria sobresaem as torres das egrejas das Mercês, de Sant'Anna, de Santo Antonio, pertencente ao convento dos frades capuchos, e da sé.

Posto que a cidade não tenha sido edificada sob um plano regular, vista interiormente apresenta mais regularidade do que inculca o seu aspecto exterior. Procede isto de certa uniformidade na construcção das casas, pela maior parte de dois andares. Esta circunstancia faz desafogadas as ruas, muitas das quaes são espaçosas, direitas e bem calçadas. Não tem praças magnificas, mas as duas em que se erguem o palacio do governo e a cathedral são de agradavel perspectiva. Estes dois edificios, de que já tratámos a pag. 189 e 209, são as mais bellas construcções da cidade. Os outros edificios publicos são: o paço episcopal e seminario, a misericordia, o hospital, a alfandega, a bolsa, o quartel militar, e o arsenal da marinha, que se acha fóra da povoação, a meio caminho da foz do rio Guamá. Conta diversos estabelecimentos pios e de instrucção publica.

Fóra da cidade, para o lado de léste, está o passeio publico, mandado plantar pelo governador conde dos Arcos em um vasto terreno, outr'ora pantanoso, e que para esse fim foi esgotado e completamente dessecado. Com esta obra, que foi de bastante custo, lucrou muito a salubridade publica.

Nos arrabaldes possuem as familias abastadas bonitas vivendas, onde passam uma parte do anno. As margens do Tocantins e do Guamá offerecem muitos sitios aprazíveis e pittorescos. São bem cultivados os arrabaldes, e onde acaba a cultura começam densas florestas, ricas de madeiras preciosas.

A cidade é abundantemente abastecida de todos os generos necessarios á vida, e tambem dos de regalo. O rio e o mar fornecem-lhe variedade de peixes. Numerosas canoas, descendo o Tocantins e o Guamá, trazem todas as manhãs para o seu mercado muita diversidade de frutas saborosissimas, e bem assim de hortaliças, aves e outras vitualhas. Em fim, abastece-a de carnes a visinha ilha de Marajó. Esta ilha, situada entre o Oceano, que lhe fica ao norte, o Amazonas e o Tocantins a léste e oeste, e o canal ou estreito de Tagypurú, que a separa pelo lado do sul da terra firme, tem 160 kilometros de comprimento, de léste a oeste, e 130 de largura, de norte a sul. É povoada e cultivada, sendo a criação de gados um dos principaes ramos da sua industria.

A cidade do Pará dista da capital do imperio 2:500 kilometros N N O. A sua população deverá hoje ascender, sem dúvida, a 36:000 almas. Os principaes generos que exporta são: cacau, caoutchouc, coiros, arroz, madeiras e gado. O seu commercio está florescente.

I. DE VILHENA BARBOSA.

O IMPERADOR E A IMPERATRIZ DO BRASIL

(Conclusão. Vid. pag. 275)

III

Nascido a 2 de dezembro de 1825, D. Pedro II conta hoje quarenta e tres annos. Está em plena força da vida, e o Brasil póde esperar legitimamente que por largo tempo ainda continue a sua habil mão a segurar as redeas do governo, e a sua consummada prudencia a presidir ao portentoso desenvolvimento do imperio.

Ha uns poucos de annos que o imperador tem sido salteado por violentas provações. A guerra do Paraguay produz no Brasil um mal-estar indefinivel, e, por mais de uma vez, fatigado e desalentado, D. Pedro II pensou na abdicação.

O patriotismo, comtudo, que tem até agora dirigido todos os actos do filho do Libertador, ha de, por certo, impedil-o de dar um passo, que não faria senão accrescentar ás difficuldades com que lucta o Brasil uma difficuldade nova, e de certo a maior de todas.

Não é quando ruge a procella que o piloto deve desamparar o seu posto. Embora a marinhagem, desvairada pela imminencia do perigo, pelo rugido das ondas, erga confusa celeuma, desconhecendo os serviços do habil Palinuro, o dever d'este é conservar a mão no leme, e, surdo aos brados da ingratidão, conduzir o navio ao porto.

Desde que subiu ao throno imperial, D. Pedro II tem sido para os brasileiros o symbolo da paz interna e da liberdade justa.

Durante a sua menoridade, as discordias civis retalhavam o imperio; a regencia não podia superar as facções, e todos os alvitres, suggeridos pelas representações nacionaes, não faziam senão aggravar o perigo e irritar a procella.

A final foi proposta uma medida arrojada: proclamar-se a maioridade do imperador antes do praso consagrado pelas leis, e confiar ás mãos de um adolescente o leme que desamparavam pilotos encanecidos nas tempestades.

A proposta adoptou-se, e D. Pedro II tomou nas suas frageis mãos o governo do estado.

Os acontecimentos provaram que não fôra imprudente a idéa.

A criança imperial deu logo mostras de um tino superior aos seus annos, e, á medida que foi tomando o pulso ás difficuldades, que foi chegando á experiencia prematura, e que a varonil gravidade foi estampando a sua ruga profunda na fronte do adolescente, o Brasil foi sentindo os beneficios de um governo moderado, a ordem foi-se restabelecendo, e o imperio entrou com seguros passos no estadio da civilisação.

Não queremos attribuir simplesmente á prudencia e á capacidade do moço imperador um facto filho de causas tão complexas como foi a tranquillisação do Brasil. Mas é certo que ao seu vivo sentimento dos deveres de um soberano constitucional, á sua perfeita intelligencia, á sua indole recta e á sua profunda illustração, deveu o imperio, em grande parte, a solução das muitas difficuldades em que se debatia.

Bastava a sua abnegação para produzir esse effeito. Quando, nas republicas circumvisinhas, os presidentes se deixam tão facilmente desvairar pelo gozo de um poder ephemero, que não resistem ás tentações do despotismo, é digno de todo o respeito o filho de reis que acceita com lealdade e cordura a limitada soberania que lhe concede a constituição.

D. Pedro II é principalmente um homem do seu seculo. Se o acaso do nascimento o não houvesse collocado tão alto, saberia elevar-se aos cargos do estado pela sua cultivadissima intelligencia.

O nosso grande poeta Antonio Feliciano de Castilho, dedicando-lhe o seu Camões, dizia-lhe:

«Quem vê em ti o sabio esquece o imperador.»

E a verdade é essa. Os ocios do governo occupa-os e illustra-os D. Pedro II na sciencia, e até nos momentos de desenfado, nas horas em que o espirito procura uma distracção ligeira, não é a occupações frivolas que vae buscar o desfastio, é a poesia que lhe alegra e lhe illumina esses momentos de repoiso.

Popular entre o povo pela sua affabilidade, entre as classes illustradas pelo seu culto da sciencia, e em todo o imperio pela sua indole liberal, D. Pedro II ligou indissoluvelmente á casa bragantina a existencia do Brasil.

Ao seu lado, a imperatriz D. Theresa, virtuosa e boa, lembra aquella santa rainha, sua parenta pelo sangue, sua parenta pelas virtudes, que ha pouco falleceu no exilio, Maria Amelia, a esposa de Luiz Filippe.

A desgraça feriu a familia da imperatriz. A casa real napolitana, d'onde D. Theresa é oriunda, banida do throno pela revolução, teve de procurar em Roma, essa velha consoladora de todas as grandezas decaídas, essa patria dos exilados, o esquecimento da realeza perdida e a consolação de Napoles ausente.

Ainda que foi a idéa da liberdade que a derrubou do throno napolitano, a idéa da liberdade tão acatada no Brasil, não diremos que D. Theresa não pranteasse a subita catastrophe, que tirava um throno aos seus, e escondia na sombra do palacio Farnesio o rei proscripto, a cujo aceno obedeciam, momentos antes, as ridentes cidades que se miravam na bahia de Sorrento, e as que se desenrolavam, brancas e festivas, pelas ferteis encostas da ilha siciliana.

Mas a desgraça que feria os seus não azedou o espirito da meiga imperatriz, e ella não tomou contas á liberdade das lagrimas que lhe fazia derramar.

Nunca a imperatriz se serviu da sua influencia de esposa para desviar o imperador do caminho que sempre tem seguido.

Escondida na sombra do lar domestico, D. Theresa é o anjo da guarda dos infelizes. Só quando a sua voz se ergue para dirigir ao imperador um pedido é quando a caridade lh'o ordena, quando tem de implorar um perdão ou um beneficio em favor d'aquelles que erguem para ella as supplices mãos.

E o imperador nunca cerra os ouvidos áquella doce voz.

Quando o nosso grande poeta Antonio Feliciano de Castilho implorou de D. Pedro II o perdão de um portuguez condemnado, foi á imperatriz que dirigiu a sua admiravel epistola, foi a ella que tomou por intercessora, e, quando o perdão chegou, foi ainda a ella, na sua segunda e soberba epistola, que dirigiu as suas acções de graças.

Na republicana America, o monarchico Brasil ha de viver e prosperar em quanto estiverem no solio soberanos como o imperador D. Pedro e a imperatriz D. Theresa.

E o Brasil ha de prosperar, temos d'isso a firme convicção, e a firme esperança, diremos tambem, porque á prosperidade do Brasil está indissoluvelmente ligada a prosperidade de Portugal.

Somos como os gemeos siamezes, que tem vida propria, que casam cada um para seu lado, mas que, apenas um d'elles sente qualquer dor, logo um sobresalto doloroso indica ao outro que póde ter existencia separada, mas que ha um laço inquebrantavel que os prende e os torna solidarios.

O Brasil atravessa agora graves difficuldades, mas, superadas ellas, e o termo não vem longe, ha de entrar com renovado vigor no caminho do progresso, como depois de grande enfermidade parece que traz a convalescença ao corpo restaurado dupla força de vida.

Seria uma imprudencia a guerra do Paraguay? Talvez. É certo, porém, que, mais tarde ou mais cedo, tinha o Brasil de atravessar esta ou outra crise inevitavel.

A má vontade das republicas hespanholas havia de ter uma explosão, e, se o Brasil evitasse a lucta com o Paraguay, viria a tel-a, annos depois, ou com as republicas do Prata, ou com outro qualquer dos ciosos estados que o rodeiam.

Causa-nos espanto na Europa a longa resistencia do Paraguay e o grande mal que tem feito ao Brasil. É porque não pensâmos que o Paraguay possue as sympathias occultas de toda a America adversaria do imperio brasileiro, até dos mesmos povos que officialmente combatem ao lado das tropas do imperador.

Differentes artigos, publicados na *Revista dos dois mundos* por um escriptor muito ao facto dos negocios hispano e luso-americanos, mr. Elisée Reclus, bem claramente explanam esta verdade, ainda por cá bastante desconhecida.

A lucta era, por conseguinte, uma crise inevitavel; mas, saíndo triumphante d'ella, o Brasil adquire definitivamente na America do sul a preponderancia legitima, que até agora lhe tem sido disputada, e, livre de embaraços exteriores, impondo a sua existencia de monarchia áquelles que procuram solapadamente destruil-a, ha de entrar de novo, ufano e tranquillo, guiado pelo respeitado sceptro de D. Pedro II, na senda do progresso civilisador.

E do lado de cá do Atlantico, Portugal, esquecendo as suas proprias desventuras, applaudirá o povo americano, de que é duas vezes irmão, pela raça, e pelos laços que ligam os membros das duas familias reinantes, D. Pedro II e D. Luiz, dois filhos da velha dynastia de Bragança, que ambos acceitaram francamente o pacto constitucional. M. Pinheiro Chagas.

O INSTITUTO DE FRANÇA

(Conclusão. Vid. pag. 255)

Dando um resumido quadro estatistico da edade dos quarenta immortaes da academia franceza em 1868, quizemos demonstrar que a cognominação de *invalidos da litteratura*, que se lhes dá em França, tinha tal ou qual fundamento; e agora completaremos aquelle quadro, acaso para estabelecermos em melhor esteio o dito popular, apresentando o seguinte resumo das edades dos membros da academia ao entrarem n'esta corporação litteraria, tambem com relação ao periodo indicado.

Temos, portanto, entrando na academia:

De mais de	30	annos	7
»	40	»	23
»	50	»	7
»	60	»	2
»	70	»	1
			40

É preciso advertir que alguns dos mais moços litteratos, que receberam a honra de se lhes abrirem as portas da academia, não foram para alli sem que a sua admissão se justificasse com trabalhos de subido valor, taes como a de Villemain, que entrou com 31 annos; de Thiers, que entrou com 36; Cousin, Pongerville e Augier, que entraram com 38; Victor Hugo e Lamartine, que entraram com 39. Isto é, para assim o dizermos, uma excepção, porque os algarismos acima nos estão indicando que a maioria das admissões

se fez na academia franceza contando os candidatos mais de 40 annos.

D'este modo, vemos que Ponsard, Mérimée e Sainte-Beuve tinham 41 annos quando entraram na academia; Montalembert 42; Saint-Marc Girardin 43; Barante, Flourens e Vigny 46; Sandeau, Ampère e Legouvé 47; Guizot 49; Ségur e Octavio Feuillet 50; Sacy e Viennet 53; o conde de Carné 59, etc. O insigne advogado Berryer (ha pouco fallecido) entrou para a academia franceza com 64 annos, Dufaure com 65, e o duque de Broglie com 70.

Depois da relação dos immortaes, que ficou a pag. 246 e 255 d'este volume, podémos tão sómente averiguar que falleceram Ampère e Vigny em 1864, Dupin-aîné em 1865, Flourens em 1867, Viennet, Empis e Berryer no ainda corrente 1868; e que entraram:

Prevost-Paradol, nascido em 1829, jornalista e litterato, auctor da *Revue de l'histoire universelle*, etc., em substituição de Ampère.

Julio Favre, n. em 1809, distincto advogado e politico, auctor da *Coalition des chefs d'atelier de Lyon*, e de outros opusculos e discursos, em substituição de Cousin.

Autran, n. em 1813, poeta, auctor do poema *Milianah*, da tragedia *La fille d'Eschyle* e de outras obras, em substituição de Ponsard.

Claudio Bernard, n. em 1813, physiologista, auctor das *Recherches sur les usages du pancréas* e de outras obras, em substituição de Flourens.

Padre Gratry, n. em 1805, professor e theologo, auctor de *La connaissance de Dieu*, *Logique*, de *La connaissance de l'âme* e de outras obras philosophicas e religiosas, em substituição, segundo nos parece (porque não foi possivel verifical-o) de Dupin-aîné.

A *academia das sciencias* foi fundada em 1666 por Colbert, porém só em 1669 é que Luiz XIV approvou esta fundação. Comprehendeu primeiramente as secções de geometria, astronomia, mecanica, anatomia, chimica e botanica. Quasi no fim do seculo XVIII, o progresso geral dos conhecimentos, e o consideravel desenvolvimento que tinham tomado certos ramos das sciencias, posto fossem pouco importantes, obrigaram, comtudo, á creação de novas secções para a mineralogia, historia natural, agricultura e physica.

No tempo da revolução franceza, a academia das sciencias veiu a ser a primeira classe do instituto. O governo da restauração instituiu de novo a academia das sciencias nas mesmas bases que tinha anteriormente. Consideram-n'a em França como um tribunal scientifico, perante o qual vão todas as pessoas que, estudando e tratando as sciencias com verdadeira dedicação, alli pretendem o beneplacito para as suas obras.

Esta academia publica regularmente memorias sobre todas as partes das sciencias naturaes, physicas e mathematicas. Compõe-se de sessenta e cinco membros titulares, divididos pelas onze seguintes secções: 1.ª geometria; 2.ª mecanica; 3.ª astronomia; 4.ª geographia e navegação; 5.ª physica geral; 6.ª chimica; 7.ª mineralogia; 8.ª botanica; 9.ª economia rural; 10.ª anatomia e zoologia; 11.ª medicina e cirurgia. Cada secção conta seis membros, com excepção da 4.ª, que tem só tres.

Tem, além d'isso, a academia das sciencias dois secretarios perpetuos, que tambem são membros titulares, posto não pertençam a nenhuma das secções; dez membros livres; oito associados estrangeiros; e, sem numero fixo, muitos socios correspondentes nacionaes e estrangeiros.

Napoleão I honrava-se com o titulo de socio da academia das sciencias, e dizem que muitas vezes trajava o uniforme d'esta corporação.

A *academia das inscripções e bellas letras* compunha-se, na sua fundação, em 1663, de quatro membros nomeados pelo ministro Colbert entre os socios da academia franceza. Reuniam-se em uma das salas do palacio do Louvre, e o seu encargo limitava-se a compor as inscripções dos monumentos que a França ia levantando para eterna gloria de Luiz XIV, ou das medalhas que se mandavam cunhar em homenagem ao mesmo rei; e d'ahi se lhe originou a primitiva denominação de *academia das inscripções e medalhas* e de *pequena academia*.

Em 1701 concedeu-se-lhe organisação regular com o titulo, que ainda tem, de *academia das inscripções e bellas letras*, e, doze annos depois, Luiz XIV mandou-lhe expedir carta régia approvando a sua organisação.

Como succedêra ás demais academias, a revolução tirou o nome á das inscripções, e transformou-a em terceira classe do instituto, ou classe de historia e litteratura antiga, e assim ficou até o governo da restauração, que a levou ao antigo estado e importancia.

A missão d'esta academia é o estudo e a analyse das obras historicas e archeologicas. Desde o começo do seculo XVIII, tem publicado muitas e mui valiosas memorias, avultando entre ellas a continuação dos curiosos e interessantes trabalhos historicos dos frades benedictinos.

A academia das inscripções e bellas letras tem quarenta membros titulares e mais dez chamados *livres*.

A *academia das sciencias moraes e politicas* foi creada pela revolução franceza em 1795, por occasião do estabelecimento do instituto nacional, de que formava a quarta classe. Supprimida pelo imperador Napoleão I em 1803, o governo do rei Luiz Filippe restabeleceu-a aos 27 de outubro de 1832, antecedendo o decreto de reorganisação um luminoso relatorio de Guizot, que era então ministro da instrucção publica.

Tem quarenta membros effectivos, que são eleitos por escrutinio secreto por cada uma das academias; cinco socios estrangeiros, e correspondentes em numero de quarenta. Este numero é determinado no regulamento da academia.

Está dividida em cinco secções, que são: 1.ª philosophia; 2.ª moral; 3.ª legislação, direito publico e jurisprudencia; 4.ª economia politica e estatistica; 5.ª historia geral e philosophia. Publica memorias e confere premios.

A *academia das bellas artes* é a mais antiga das corporações scientificas e artisticas da França, pois parece averiguado que já antes do seculo XV havia tal ou qual associação de pintores distinctos d'aquella epocha, em que a pintura a oleo estava na infancia. A sua fundação legalisada por diploma real, sob o nome de *academia de pintura e de esculptura*, data, porém, do fim da primeira metade do seculo XVII, e no terceiro quartel do mesmo seculo foi constituida definitivamente pelo cardeal Mazarino.

Em 1671, Colbert creou a *academia de architectura*, que funccionou ao lado da academia de pintura e esculptura até á revolução, em cuja epocha as duas instituições artisticas foram encorporadas na quarta classe do instituto. Em 1819 teve nova organisação, só com o nome de *academia de bellas artes*.

Compõe-se esta academia de quarenta membros, e divide-se em cinco secções: pintura, esculptura, architectura, gravura e musica, com os seguintes membros: 14 pintores, 8 esculptores, 8 architectos, 4 gravadores e 6 compositores de musica. Tem o encargo de dirigir os concursos, distribuir os chamados grandes premios de Roma, propor os candidatos para os logares vagos de professores nas diversas escholas de bellas artes, etc.

Tal é, em resumo, a historia das cinco principaes academias scientificas, litterarias e artisticas, que compõem o instituto de França.

BRITO ARANHA.